

Líderes discordam de propostas de Cabral

BRASÍLIA — Pelo menos duas das 15 alterações propostas pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para o texto aprovado no primeiro turno foram criticadas ontem pelos constituintes. O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), reconhece a intenção do Relator em sanar as incorreções do projeto, mas criticou Cabral por ter sugerido adições que modificam o mérito de matérias aprovadas pelo plenário.

Entre as modificações propostas pelo Relator para serem feitas pela Comissão de Redação Final e pelo plenário estão a unificação das datas de posse dos governadores e prefeitos — previstas, respectivamente, para 1º e 31 de janeiro — e o estudo de uma nova redação para os artigos que regulam a criação de cooperativas e estipulam as regras de criação, desmembramento e fusão de Estados.

Se os constituintes acolherem as sugestões, a maior parte dos itens poderá ser corrigida por meio de emendas destinadas a sanar contradições do texto. Este é o caso, por exemplo da unificação das datas de posse dos titulares do Executivo — desejada por todos os Líderes — e das questões ligadas à remuneração máxima dos Ministros do STF e dos desembargadores.

Outras, como a ausência da fixação de quorum para o Congresso Nacional e o critério de limitação da remuneração dos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos dos Municípios de Territórios, poderão ser solucionadas com emendas que visam a corrigir omissões. Os constituintes poderão ainda lançar mão de emendas supressivas para adequações do texto, como a duplicidade da regulamentação das criações e alterações territoriais de Estados. No artigo 50º,

Direito evidente

A O CONTRÁRIO do que afirma o Deputado Ulysses Guimarães, não representa "falta de respeito" a articulação de empresas multinacionais para a defesa de seus pontos de vista junto a constituintes.

A FORMAÇÃO desse lobby foi revelada pelas próprias empresas, que fizeram questão de fazê-lo formalmente. Isso mostra que seus recursos serão

usados abertamente, num trabalho de convencimento a que todos os setores da sociedade têm direito.

E AS multinacionais, que aqui atuam como parte importante de nossa economia, pagam impostos e obedecem às leis do País. Como negar-lhes o direito de dizerem, às claras, o que pensam sobre decisões que afetarão a sua produção e a sua eficiência?

a competência da matéria é remetida às Assembleias Legislativas, enquanto o 18º prevê legislação complementar.

Segundo o Líder do PMDB, os pontos relacionados por Cabral terão de ser analisados separadamente. Jobim discorda, por exemplo, da sugestão do Relator de inclusão da expressão "na forma da lei" no artigo que confere ao preso o direito pleno de identificar os responsáveis por sua prisão. Ele acha que, neste caso, a lei restringirá o direito assegurado pela Carta.

Jobim é contra, ainda, o caráter facultativo que Cabral pretende estabelecer na composição dos órgãos especiais dos Tribunais, que tiveram o número de seus representantes limitado no texto aprovado em plenário.

Estas duas propostas também são criticadas pelos Deputados José Genoíno (PT-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que participam das negociações. Genoíno acha que uma simples revisão dos temas pelo plenário poderá resolver a maior parte dos

problemas levantados por Cabral, mas não admite propostas aditivas nesta fase, pois poderiam "abrir um precedente perigoso". Já Vivaldo Barbosa confia na Comissão de Redação Final para estas adequações, que depois de processadas voltariam para a deliberação do plenário, sendo passíveis de vetos. Mas defende que todo o processo passe por um acordo de lideranças.

O Líder do PCB, Roberto Freire (PE), ao contrário dos demais, reforça a posição do Relator, propondo até mesmo uma alteração no Regimento para que estas sugestões possam ser apreciadas pelo plenário, na forma de emendas:

— Não se pode imaginar que o Regimento impeça que façamos uma Constituição perfeita.

Freire explicou que, nas Disposições Transitórias, foram incluídas emendas regimentalmente proibidas, por sequer terem sido apresentadas — como a que anistiou os microempresários e produtores rurais e a que limitou o benefício, de sua própria autoria.



Na reunião, os empresários definem sua atuação no segundo turno da Constituinte

Empresariado quer alterar 24 pontos

BRASÍLIA — Sob a denominação de Grupo Unida de Empresarial, representantes de todos os setores empresariais começarão a atuar junto aos constituintes para modificar 24 dispositivos do projeto da nova Carta, no segundo turno de votação. Reunidos na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), dirigentes de entidades empresariais traçaram ontem uma estratégia que prevê contatos com os constituintes, alertando para a necessidade de modificações em diversos artigos, como o que limita em seis horas o turno ininterrupto de trabalho.

Não fazem parte da lista de propostas dos empresários as supressões da anistia para os microempresários e da licença-paternidade de oito dias, já que há divergências sobre esses temas. A

anistia conta com o apoio da UDR e integrantes do grupo acreditam que o plenário suprimirá, por iniciativa própria, a licença-paternidade.

A reunião foi presidida por Rui Altenfelder, Diretor da Fiesp e Coordenador da Comissão de Assessoria Legislativa da CNI. Segundo ele, alguns dos 24 pontos são inegociáveis, como a jornada de seis horas. Também é o caso da competência atribuída às entidades trabalhistas para definir o âmbito das greves. E, ainda, da diferenciação estabelecida para o prazo de prescrição das ações trabalhistas de trabalhadores rurais.

Em relação aos direitos e liberdades fundamentais, os empresários querem a supressão da palavra "direitos" do dispositivo relativo ao mandado de injun-

ção, que assegura sua vigência imediata. Na opinião do empresariado, será simplesmente impossível permitir a vigência imediata de muitos dos direitos sociais. Na área econômica, o grupo não abre mão da supressão do Artigo 203, que dá ao Estado papel de agente normativo e regulador da economia.

O documento com as propostas do empresariado começará a ser entregue hoje às lideranças políticas por diversos empresários, entre eles o Presidente da CNI, Senador Albano Franco. O grupo iniciou contatos também com os líderes do Governo, para que haja uma ação conjunta em pontos consensuais. O Presidente da Fiesp, Mário Amato, já transmitiu a posição dos empresários sobre o projeto ao Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha.

Ulysses começa a negociar o 2º turno

BRASÍLIA — Mesmo exercendo interinamente a Presidência da República, o Deputado Ulysses Guimarães tem feito hora extra para não deixar parados os trabalhos da Constituinte. Ontem, ele ofereceu um jantar a todas as lideranças partidárias, para abrir as negociações sobre as emendas a serem apresentadas no segundo turno de votação.

Além dos empresários, o Centrão, o PFL, o PDT e o PT já têm suas propostas. O PDT vai apresentar três emendas. O PT tem uma lista de 23, da qual só escapam os títulos dos Princípios Fundamentais e do Sistema Tributário. Os líderes do Centrão, da mesma forma que os empresários, tentarão ampliar o prazo de apresentação de emendas por 24 ou 48 horas, para facilitar as negociações. Já o PMDB só deverá ter um levantamento completo dos dispositivos que tentará suprimir no final da semana.

Entre as emendas apresentadas por empresários, Centrão e PFL, há vários pontos coincidentes:

Seis horas — Os três grupos querem suprimir a jornada de trabalho de seis horas para os turnos ininterruptos, alegando que isso inviabilizará alguns setores, entre eles os de siderurgia e de produção de petróleo.

Férias — Querem suprimir a garantia de pagamento de adicional de 30 por cento no salário das férias.

Licença — Há proposta de supressão da licença-paternidade de oito dias. Os empresários, na certeza de que os próprios constituintes vão suprimir o dispositivo, não se preocupam com ele.

Juros — Querem eliminar o tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano.

Fortunas — Pretendem suprimir o artigo que cria o imposto sobre grandes

fortunas.

Aviso — Outra unanimidade: a supressão do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

Empresa — Os três grupos querem suprimir a preferência à empresa nacional nas compras feitas pelo Governo.

Comunicações — O PFL e os empresários querem suprimir a exclusividade da exploração dos serviços públicos de telecomunicações pelo Governo.

Nas primeiras listas apresentadas existem também propostas de supressão total ou parcial de outros artigos do projeto. Mas tudo isto terá que ser muito negociado. Ontem, ao sair da reunião na casa de Ulysses Guimarães, o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) reafirmou que nada será feito sem acordo no segundo turno. E anunciou que as lideranças manterão sucessivas reuniões, para evitar a duplicidade de emendas para os mesmos temas.